

COMUNIDADE DE COMUNIDADES: UMA NOVA PARÓQUIA A CONVERSÃO PASTORAL DA PARÓQUIA

(01) 1. Introdução

Pretendo dar uma colaboração para a leitura do documento, estimulando a cada um e cada uma a novas atitudes que levem a uma verdadeira e profunda conversão pessoal e comunitária.

Creio que este documento “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”, deve ser lido num horizonte maior. Por isso, também utilizo aqui a Exortação Apostólica do Papa Francisco, *Evangelii Gaudium*; o documento da V Conferência do Episcopado Latino-americano, de Aparecida; e as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

Antes de mais nada, somos convidados a ler a realidade com o olhar da fé. Não podemos ler o nosso contexto com um olhar reprovativo de quem busca as falhas e os defeitos, **(02)** mas com um olhar positivo e esperançoso de quem busca, nesta realidade, ler os sinais de Deus, como oportunidade de crescimento, de transformação e de renovação do nosso ardor missionário. É o momento oportuno que o Senhor nos oferece! Como afirma o próprio documento de nosso estudo, em sua conclusão: **(03)** os “novos contextos e oportunidades estimulam a conversão pastoral da paróquia” (320).

Caminhamos também nos trilhos do Concílio Vaticano II e na eclesiologia conciliar de uma Igreja Povo de Deus, que se constrói na comunhão e na participação, como realidade em contínuo processo de conversão. **(04)** Cultivamos o espírito de participação, esforçamo-nos para valorizar o espírito de colegialidade, de comunhão, de partilha..., sempre em sintonia com a ação evangelizadora da Igreja no Brasil.

As Diretrizes da CNBB de 2011 a 2015, que foram atualizadas na Assembleia dos Bispos deste ano, na mesma linha das de 2008 a 2010, sob a inspiração de Aparecida, dizem que: **(05)** “os tempos de transformações tão radicais, por certo, nos afligem, mas também nos desafiam a discernir na força do Espírito Santo os sinais dos tempos”, e a “responder missionariamente à mudança de época”, num compromisso de conversão (cf. DGAE 24).

A conversão pastoral, de que fala o documento da CNBB, em seu subtítulo, pretende ser um caminho que se abre para a implementação do Plano de Pastoral, tendo em vista uma maior fidelidade a Jesus e à missão da Igreja. Nesse processo há de se realizar a renovação das paróquias, **(06)** no sentido de “ocupar-se menos com detalhes secundários da vida paroquial e focar-se mais no que realmente propõe o Evangelho” (Doc. 100, 58).

O parágrafo 64 do documento de estudo, apresentava as **(07)** três direções que o Concílio Vaticano II aponta para a paróquia, em termos de conversão: “a passagem do territorial para o comunitário; do princípio único do pároco a uma comunidade toda ministerial; e da dimensão cultural para a totalidade das dimensões da comunhão e da missão da Igreja no mundo.” (Estudos CNBB 104,64).

O processo de conversão, a renovação das paróquias como comunidades de comunidades, há muito tempo está presente nas preocupações pastorais da Igreja no Brasil. Basta ver as últimas Diretrizes Gerais de sua ação evangelizadora: **(08)** somos chamados a uma “conversão”, isto é, a um (re)enraizamento de critérios e ter a coragem de abandonar as “estruturas ultrapassadas que já não facilitam mais a transmissão da fé”. É preciso voltar às

fontes, recomeçar a partir de Jesus e colocar a Igreja no caminho do amor-serviço aos sofredores desta terra (cf. DGAE 27).

2. A realidade da paróquia e sua necessária conversão

a) A realidade da paróquia

(09) Em algumas paróquias não há preocupação missionária, pois se espera que as pessoas procurem a igreja. Neste caso, a evangelização é entendida apenas como fortalecimento da fé daqueles que buscam a paróquia; limitam-se ao atendimento sacramental e devocional, faltam um plano pastoral paroquial, a **evangelização é reduzida à catequese de crianças e restrita à instrução da fé** e a administração concentrada exclusivamente no pároco (Doc. 100,29); excesso de burocracia e falta de acolhida em muitas secretarias paroquiais; a função dos presbíteros reduzida como administrador (Doc. 100,48). Outras paróquias ocupam-se com a evangelização; a catequese é assumida como um processo de iniciação à vida cristã; promove-se a animação bíblica da pastoral; a liturgia é viva e participativa; há atuação da juventude; valoriza-se a participação dos leigos nos conselhos (CPP e Conselho Econômico); há interesse e empenho em atrair os afastados; a pastoral se constrói na comunhão e na participação. Contudo, não atingem a maior parte das pessoas e falta ampliar a ação evangelizadora fortalecendo pequenas comunidades (Doc. 100,30). O laicato precisa assumir maior espaço de decisão na construção da comunidade (Doc. 100,32); **(10)** aparecem cristãos que formam grupos fechados, sem comunhão com a Igreja diocesana, resistentes ao diálogo com o mundo e promovendo certo fundamentalismo católico sem diálogo com o mundo (Doc. 100,34); comunidades que funcionam mais como instituição do que como comunidades de discípulos de Jesus Cristo (algumas têm diretorias e outras vivem em função de festas, almoços e bailes, parecem clubes sem finalidade evangelizadora) (Doc. 100,35); há paróquias que projetam a imagem de uma Igreja distante, burocrática e sancionadora (Doc. 100,37). Cuidar demais das estruturas e da prática levou a um ativismo estéril, energia desperdiçada e estrutura que não responde às inquietações atuais (Doc. 100,45); **(11)** é preciso a reforma das estruturas para torná-las mais missionárias, em atitude constante de saída (Doc. 100,46); dá-se ênfase no anúncio de Jesus Cristo mediante fórmulas e abstrações, conceitos e fórmulas, sem comunicar a experiência da fé (Doc. 100,47). **(12)** Sente-se a necessidade de rever as atividades paroquiais: dar atendimento a doentes, solitários, enlutados, deprimidos e dependentes químicos; desenvolver o serviço e o ministério dos leigos (Doc. 100,49); **(13)** fomentar a mística do discípulo missionário, capaz de promover a paróquia missionária: o que derruba as estruturas caducas, o que leva a mudar o coração dos cristãos é, justamente, a missionariedade (Doc. 100,50).

(14) A paróquia atual está desafiada a se renovar diante das aceleradas mudanças deste tempo. Desviar-se dessa tarefa é uma atitude impensável para o discípulo missionário de Jesus Cristo. Isso implica ter coragem de enxergar os limites das práticas atuais em vista de uma ousadia missionária capaz de atender aos novos contextos que desafiam a evangelização. A renovação da paróquia tem fonte perene no encontro com Jesus Cristo, renovado constantemente pelo anúncio do *querigma* (Doc. 100,61).

É a partir desta realidade e da dimensão da fé que brota o apelo à conversão. Neste sentido ressalta-se a importância do sub-título que não se encontrava no primeiro texto de estudo.

b) **(15) Converta-se e creia no Evangelho!**

A paróquia somente se transformará mediante uma verdadeira e profunda "**conversão pastoral**", que significa conversão ao "estado permanente de missão", além fronteiras e sem fronteiras¹, o que "supõe passar de uma pastoral ocupada apenas com as atividades internas da Igreja, a uma pastoral que dialogue com o mundo" (Doc 100, 58). A busca de conversão não pode ser uma estratégia pastoral, mas uma conversão para a missão: **(16)** "A conversão e a revisão das estruturas não se realizam para modernizar a Igreja, mas para buscar maior fidelidade ao que Jesus quer de sua comunidade" (Doc. 100, 59).

Sobre este aspecto devemos nos colocar na perspectiva do documento de Aparecida e da Exortação apostólica do Papa Francisco, *Evangelii Gaudium* (A alegria do Evangelho). O projeto de Francisco, que encontramos nesta Exortação, resume-se em duas frases: **(17)** "Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo" (EG 27) e "a ação missionária é o paradigma de toda a obra da Igreja" (EG 15).

Francisco quer transformar a Igreja para um modo missionário e neste projeto nada e ninguém pode estar de fora: "Espero que todas as comunidades se esforcem por atuar os meios necessários para avançar no caminho duma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão." (EG 25).

(18) Por isso propõe uma "transformação missionária da Igreja (EG 19-51); uma "Igreja de saída" (EG 20-24), des-centralizada de si mesma, e centrada em Cristo pela **conversão** e no ser humano pela **missão**. **(19)** "Não há comunidade cristã que não seja missionária. Se ela esquece a missão, deixa de ser cristã." (Doc. 100,157).

Jesus Cristo e a sua missão que ele nos confiou devem estar no centro de toda a nossa atividade eclesial e devem transformar tudo o que fazemos de modo rotineiro numa pastoral de manutenção ou de prestação de serviços. **(20)** Portanto, "a conversão pastoral sugere renovação missionária das comunidades", "isso supõe mudança de estruturas e métodos eclesiais, mas principalmente, exige uma nova atitude dos sujeitos: pastores, agentes de pastoral e dos membros das associações de fiéis e movimentos eclesiais." (Doc. 100,51)

(21) Neste sentido, a conversão que se centra em Jesus Cristo e na sua missão, sustenta-se em um tripé: **mudanças de estruturas** (conversão paroquial), **dos métodos eclesiais** (conversão pastoral) e **das atitudes dos sujeitos** (conversão passoa e comunitária).

No centro desse tripé está a pessoa de Jesus e a sua missão – "partir de Jesus Cristo", como afirma o documento de Aparecida: "Por essa razão, **(22)** os cristãos precisam recomeçar a partir de Cristo, a partir da contemplação de quem nos revelou em seu mistério a plenitude do cumprimento da vocação humana e de seu sentido. Necessitamos fazer-nos discípulos dóceis, para aprendermos d'Ele, em seu seguimento, a dignidade e a plenitude da vida. (A 41).

c) **(23) Conversão das estruturas**

Se as conversões **pastoral** (dos métodos eclesiais) e **pessoal/comunitária** (atitudes dos sujeitos: bispo, presbíteros, diáconos permanentes, consagrados/as, agentes, fiéis e movimentos eclesiais) fundam-se numa renovada **conversão a Jesus Cristo** (Doc 100,52 e 55), por sua vez, a **conversão das estruturas** (da comunidade paroquial) encontra-se refletida na eclesiologia do Concílio Vaticano II (Doc. 100,53).

¹ P. SUESS, "Vinho com gotas de vinagre", in *REB*, Ano 74, nº 293 (jan/abr 2014), p. 163.

Esta conversão não é apenas operacional, prática ou estratégica, mas é fruto de uma nova mentalidade e expressão externa da conversão interior (Doc. 100,54 e 55).

Com Aparecida Francisco afirma em sua Exortação sobre a Alegria do Evangelho: **(24)** “A missão no coração do povo [de Deus] não é uma parte da minha vida, [...] Eu *sou uma missão* nesta terra, e para isso estou neste mundo. É preciso nos considerar como que marcados a fogo por esta missão de iluminar, abençoar, vivificar, levantar, curar, libertar. Nisto uma pessoa se revela enfermeira no espírito, professor no espírito, político no espírito..., ou seja, pessoas que decidiram, no mais íntimo de si mesmas, estar com os outros e ser para os outros.” (EG 273).

Esta preocupação do Papa Francisco, propondo-nos “uma pastoral em conversão” (EG 25-33), retoma as propostas de Aparecida sobre a **conversão pastoral** e a **renovação missionária** (A 365-372). Tais propostas se resumem nos seguintes dinamismos: a Igreja se renova pela conversão missionária; a conversão e a missão renovam a Igreja.

A missão evita cair em algumas enfermidades que destroem a saúde da Igreja. Dentre elas está o eclesiocentrismo. A Igreja, quando é auto referencial, crê que tem luz própria e deixa de ser como a lua, cuja luz vem de Cristo, o Sol que ilumina os povos. O Documento 100 da CNBB, neste sentido, adverte: **(25)** “Enquanto a comunidade paroquial for autorreferencial, ocupando-se apenas de suas questões internas tende a atrair cada vez menos pessoas” (Doc 100, 60). O Papa Francisco também nos adverte sobre um outro aspecto do autorreferencialismo que é o clericalismo. Ele se manifesta na pretensão de dominar o espaço da Igreja (EG 102) e num “poder autoritário” que se serve do povo.

(26) O Papa afirma que o clericalismo é uma das tentações dos discípulos missionários: “trata-se de uma cumplicidade pecadora: o pároco clericaliza, e o leigo lhe pede por favor que o clericalize, porque, no fundo, lhe resulta mais cômodo. O fenômeno do clericalismo explica, em grande parte, a falta de maturidade e de liberdade cristã em parte do laicato da América Latina” (Doc 100, 213).

Estas enfermidades eclesiais do eclesiocentrismo e do clericalismo estão na contramão das propostas do Concílio Vaticano II. Percebemos que o Papa Francisco tem buscado implementar as reformas que até hoje não se realizaram, a partir do Vaticano II. Vê-se claramente que ele pretende implementar esta reforma com uma eclesiologia pastoral e uma espiritualidade missionária. Para o Papa, o Concílio “apresentou a conversão eclesial como abertura a uma reforma permanente de si mesma por fidelidade a Jesus Cristo” (EG 26). Por isso tem insistido na conversão da Igreja ao Evangelho por “uma pastoral em chave missionária” (EG 35).

Portanto, vê-se como urgentíssima a revitalização de nossa comunidade eclesial para que nela resplandeça uma comunidade evangelizadora e missionária. Retomando os nossos três eixos do 7º PPO, uma Igreja que acolhe (acolhedora), que se renova (orante e eucarística) e que serve (samaritana). (cf. Doc 100, 56)

(27) No entanto, somente chegaremos a uma Igreja capaz de evangelizar se nela reinar uma verdadeira “**cidadania eclesial**”. Cristão adultos, corresponsáveis, com sentido de pertença eclesial. Portanto, uma Igreja que é mistério de comunhão, construído com a graça de Deus e a participação de todos.

(28) 3. A paróquia como visibilidade do mistério da Igreja

A paróquia “não é a Igreja particular no sentido estrito, pois ela está em rede, isto é, em comunhão com as demais paróquias que formam a diocese, que é a Igreja particular. Para o Concílio Vaticano II, portanto, a paróquia só pode ser compreendida a partir da diocese [...] célula da diocese [...] comunidade local dos fiéis, Igreja visível estabelecida em todo o mundo” (Doc 100,124).

Antes de se definir por sua territorialidade, a Igreja é comunhão de pessoas (cf. Doc 100,126), e que “encontra no conceito de *comunidade* a autocompreensão de sua realidade histórica. Ela é, portanto, uma comunidade de fiéis que, de alguma maneira, torna presente a Igreja num determinado lugar” (Doc. 100,168). Portanto, não é o território que determina a existência da Igreja, mas a presença de pessoas que estabelecem relações comunitárias de fé, decorrentes do encontro com o Senhor, que determina um estilo de vida (comunhão fraterna e com a Trindade, comunhão na mesma mesa, profissão da mesma fé e testemunho a caridade – cf. Doc. 100,170).

(29) Desse modo, “a paróquia, entendida como comunidade, é o local onde se ouve a convocação feita por Deus, em Cristo, para que todos sejam um e vivam como irmãos. É a Igreja que está onde as pessoas se encontram, independentemente dos vínculos de território, de moradia ou de pertença geográfica. É a casa-comunidade, onde as pessoas se encontram. O chamado é para todos. É vocação para todos formarem a grande família de Deus, a família dos que ‘ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática’ (Lc 8,21)”. (Doc. 100,171). Por isso, para falar corretamente de Igreja é preciso partir da igualdade fundamental entre todos os batizados.

A missão da Igreja é a missão de todo cristão e de cada cristão, pois a Igreja é comunidade fraterna de iguais. Mas não todos viverão essa missão da mesma forma, pois há diversidade de carismas e ministérios. A igualdade fundamental de todos os cristãos não significa uma indiferenciação. **(30)** A igualdade provém de que todos recebem o mesmo Espírito. E é dele que também provém toda diversificação e a unidade se faz na diversidade.

“A paróquia apresenta um exemplo luminoso do apostolado comunitário, congregando num todo as diversas diferenças humanas que encontra e inserindo-as na universalidade da Igreja.” (Doc 100,128). Os carismas pertencem à estrutura permanente da Igreja. São úteis à Igreja. Cada carisma precisa dos outros e todos devem ser discernidos. Pois, cada carisma contribui para o bem do todo e se subordina ao outro, tendo por norma suprema o amor (1Cor 13).

(31) Para uma verdadeira conversão das estruturas só podemos nos fundamentar numa eclesiologia de comunhão e participação definida pelo Concílio Vaticano II. Qualquer retrocesso significaria um fechamento de coração ao Espírito e provocaria danos irreparáveis. Instalaríamos e acomodariamos no poder e não conseguiríamos realizar a missão que nos foi confiada.

(32 e 33) A Igreja concebida no Concílio deve ser Povo de Deus, Corpo de Cristo e Mistério de Comunhão que se constrói pela participação de todos.

4. (34) Nova paróquia: comunidade de comunidades

Onde estaria a novidade deste documento, em relação ao surgimento de uma nova paróquia? Bastaria multiplicar comunidades ao interno da paróquia e ela já estaria renovada?

(35) Pelo que já foi refletido anteriormente, sem uma verdadeira “*conversão pastoral*”, respaldada pela eclesiologia conciliar; sem a mudança de mentalidade dos sujeitos da evangelização; sem a perspectiva da missionariedade, esta novidade não irá surgir e

continuaremos com a velha estrutura paroquial, enfeitada e ornamentada de novos penduricalhos ou como um verniz que se aplica num móvel já carunchado. Por isso a importância do subtítulo do documento: “a conversão pastoral da paróquia”.

(36) Aparecida registra a “lentidão na renovação paroquial”, a qual deve ser compensada “com uma autêntica conversão pastoral que não se reduz a mudanças de estruturas e planos, mas principalmente de mentalidade” (Doc. 100,150). **(37)** Aparecida insiste que uma paróquia só será uma “rede de comunidades e grupos” se houver uma “reformulação de suas estruturas” (A 172). O Doc. 100, aponta que esta reformulação deverá ser acompanhada pela conversão de mentalidade e conversão pastoral (cf. Doc. 100, 151). É o já citado “tripé” da conversão.

As Diretrizes ainda definem as características da comunidade, de forma genérica, sem que se classifique como uma comunidade cristã: convívio, vínculos profundos, afetividade, interesses comuns, estabilidade e solidariedade nos sonhos, nas alegrias e nas dores. (cf. Doc 94,59). No entanto, **(38)** as diversas formas de vida comunitária estão articuladas entre si pela busca sincera de viver em Jesus Cristo (cf. Doc. 94,58), pois uma comunidade cristã se define pelo estilo de vida dos autênticos discípulos missionários de Jesus.

Neste mesmo parágrafo fala-se que na **(39)** aguda urbanização a vizinhança geográfica não significa necessariamente convívio, afinidade e solidariedade. Isso é retomado pelo nosso documento de estudo, dizendo que: “nas grandes cidades, vizinhança geográfica não significa, necessariamente, partilha de vida. Geralmente, quem menos se conhece é o vizinho de porta.” (Doc. 100,249). Com isso, corre-se o risco também na ação evangelizadora, de substituir o contato pessoal pelo ambiente virtual.

(40) As Diretrizes ressaltam o papel das CEBs na busca da realização da vida comunitária, como “presença eclesial junto aos mais simples, partilhando a vida e com ela se comprometendo em vista de uma sociedade justa e solidária” (Doc. 94, 60). Em suas perspectivas de ação, acrescenta-se que as CEBs “têm sido verdadeiras escolas que formam cristão comprometidos com sua fé, como testemunhas de uma entrega generosa, até mesmo com o derramar do sangue de muitos membros seus [...] e são expressão visível da opção preferencial pelos pobres” (Doc. 94,102). **(41)** Nosso documento de estudo reconhece as CEBs como um dos “sujeitos da conversão paroquial” (n^{os} 228-230), ressaltando: o compromisso social; o surgimento de novos ministérios dos leigos e leigas; novo ardor evangelizador; capacidade de diálogo com o mundo; sinal de vitalidade na Igreja particular; forma privilegiada da vivência comunitária da fé; inserção na sociedade em perspectiva profética, com forte acento missionário e ligado ao compromisso sócio-transformador.

Tendo presente a realidade de um mundo plural onde muitas vezes as pessoas se veem como adversárias e concorrentes, as Diretrizes refletem sobre a riqueza da pluralidade da forma de vida comunitária, como fruto da ação do Espírito. E conclui, no número 62: **(42)** “O caminho para que a paróquia se torne verdadeiramente uma comunidade de comunidades é inevitável, desafiando a criatividade, o respeito mútuo, a sensibilidade para o momento histórico e a capacidade de agir com rapidez”. Diante disso, assume-se o compromisso de animar e fortalecer efetivas comunidades que busquem intensificar a vida cristã por meio de autêntico compromisso eclesial.

(43) “Uma Igreja com diversas formas de ser comunidade deve ser igualmente uma Igreja que testemunha a comunhão de dons, serviços e ministérios” (Doc. 94, 63). Nas “perspectivas de ação” reconhece que tal variedade ministerial é um caminho para aprofundar a comunhão e

“quanto maior for a comunhão, tanto mais eficaz será o testemunho de fé da comunidade” (Doc. 94, 98).

Para tanto, o documento (44) propõe uma corajosa descentralização da paróquia, assumida por todos, “com equipes próprias de animação e coordenação [...] importa investir na descentralização.” (Doc. 94,101).

(45) Todas as iniciativas para a conversão pastoral devem estar voltadas para a missão, configurando, assim, uma **Igreja de saída missionária**. Neste sentido, as Diretrizes preveem que para haja uma Igreja comunidade de comunidades se faz necessário promover:

- a) Diversidade ministerial vivida na comunhão e na corresponsabilidade;
- b) Valorização do carisma da vida consagrada, particularmente nas fronteiras missionárias;
- c) Formação e o funcionamento de comissões, assembleias pastorais e conselhos (pastoral e econômico);
- d) Articulação das ações evangelizadoras através da pastoral orgânica e de conjunto;
- e) Incentivo da experiência de paróquias irmãs, na partilha e comunhão de recursos.

(46) Como já lembramos, “o que derruba as estruturas caducas, o que leva a mudar o coração dos cristãos é, justamente, a missionariedade” (Doc. 100,50)

CONCLUSÃO GERAL

E, agora, nos perguntamos: como todos **estes desafios podem ser assumidos pela nossa Igreja particular?** Com o 7º Plano de Pastoral que temos em mãos, com suas disposições atualizadoras, **como realizar a conversão de nossa realidade eclesial?** Como fazer da missão o eixo central e vitalizador de tudo? Como as disposições para a missão, para o acolhimento, para o trabalho com os jovens, para formação–catequese, para comunicação, para renovar as estruturas, para o serviço solidário e ação social poderão nos **predispôr às mudanças necessárias, para que se concretize uma Igreja Povo de Deus, mistério de comunhão pela participação, essencialmente missionária?** Como fazer da **missão o eixo central de toda a renovação eclesial?** Eis os desafios para todos nós!

Precisamos ter a coragem de assumir a missão e não ter medo de deixar de lado as preocupações com “normas”, “regras”, “leis”, com “o que pode e o que não pode”. Como Jesus, precisamos ter ousadia de deixar de lado tudo aquilo que não coloca o pobre como preocupação principal; abandonar as preocupações que não têm como centro a pessoa humana desfigurada em sua dignidade, pois esta é a atenção que está no coração de Deus. “Mais do que o temor de falhar, espero [diz o nosso Papa Francisco na *Evangelii Gaudium*] que nos mova o **medo de nos encerrarmos nas estruturas** que nos dão uma falsa proteção, **nas normas** que nos transformam em juízes implacáveis, **nos hábitos** em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: ‘Dai-lhes vós mesmos de comer’ (Mc 6,37)”. (47) Prefiramos com nosso Papa, “uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. **Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro**, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos”! (EG 39).

Coragem! Saiamos!!!

Pe. Paulo Crozera
Forania Santa Teresinha - Arquidiocese de Campinas
26.05.2015